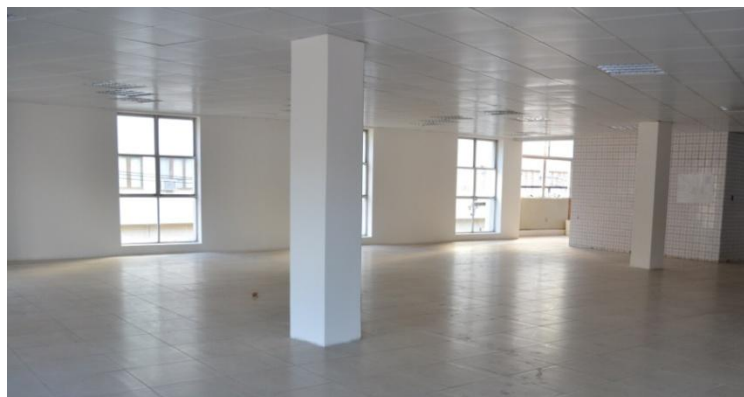




Notícias PGE-PE Outubro/2016

**Informativo Mensal da Assessoria de Imprensa da PGE-PE
(Fechado em 04/10/2016)**



Obra de reforma da sede da PGE segue em ritmo acelerado

Muito em breve a PGE-PE contará com importante reforço em sua infraestrutura física para melhorar a qualidade do trabalho dos seus servidores e procuradores. As obras do prédio anexo ao edifício-sede da PGE tiveram o seu ritmo acelerado com a recente abertura de



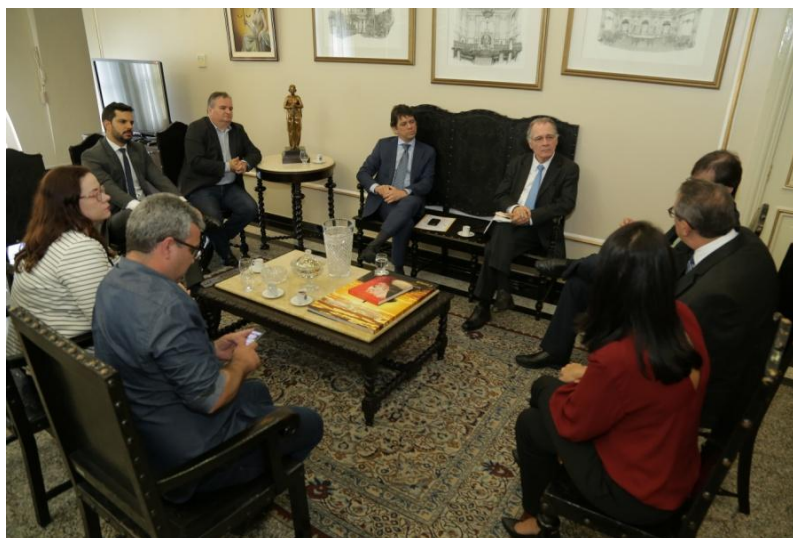
crédito orçamentário adicional da ordem de R\$ 2.060.000,00, o que permitirá a conclusão, nos próximos meses, das obras civis e elétricas do primeiro e do segundo pavimentos do novo prédio. O prédio anexo ao



Edifício Ipsep (sede atual da PGE-PE) fica na Rua Siqueira Campos, tem três pavimentos e área construída de 2.700 metros quadrados. O imóvel foi doado pelo Banco Central do Brasil ao Estado de Pernambuco em 2013, para utilização pela PGE-PE, com o objetivo de descentralizar as atividades do Edifício Ipsep e oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e procuradores. As obras de reforma e integração do anexo da PGE-PE, iniciadas em fevereiro de 2014, já contaram com investimentos da ordem de R\$ 3 milhões, com recursos oriundos do Fundo de Sucumbência da instituição. Para a conclusão do trabalho no edifício anexo, estima-se um saldo aproximado a executar de R\$ 3.736.000,00, incluindo-se nesse valor as obras civis, climatização, divisórias e mobiliário. Para integração dos dois imóveis, foram desenvolvidos projetos de reforma para os 1º, 2º e 3º andares do Ipsep e nos três pavimentos do anexo.



PGE-PE integra discussões sobre judicialização da saúde promovidas pelo TJPE



O procurador-geral César Caúla e a procuradora do Estado Catarina Sá Ribeiro participaram, em 20 de abril, de reunião no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) sobre a judicialização da saúde. Iniciativa do presidente do TJPE, desembargador Leopoldo Raposo, o encontro contou com a presença do diretor do Fórum Rodolfo Aureliano, juiz Airton Mozart Valadares, do secretário estadual de Saúde, José Iran Costa Júnior, do secretário Executivo de Administração e Finanças da Secretaria da Saúde, Adelino dos Santos Neto; do diretor de Assistência Farmacêutica da SES, Mário Moreira; e da gerente jurídica da SES, Gisela Monteiro. Foi a primeira de uma série de reuniões para formatar o cumprimento da Resolução 238, de 9 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A resolução, em seu Art. 1º, prevê que os tribunais de justiça e tribunais regionais federais instalem Comitês Estaduais de Saúde, – órgão que, entre as suas atribuições, possui as de fomentar acordos e elaborar pareceres em processos que requerem o custeio de medicamentos e tratamentos de saúde. O comitê deve ser composto por magistrados, representantes de órgãos de Justiça federais e estaduais e representante dos usuários do SUS.

Experiência da PFE é apresentada em reunião do Fórum das Procuradorias Gerais do Nordeste, no Ceará

O procurador-geral César Caúla e o procurador-chefe da PFE, Rafael Amorim, participaram em 23 de setembro, em Fortaleza, da segunda reunião do Fórum Permanente das Procuradorias Gerais do Nordeste. O encontro, na sala



do Conselho Superior da PGE-CE, reuniu ainda representantes das Procuradorias da Bahia, do Piauí, de Sergipe, do Rio Grande do Norte e do Maranhão. Instituído durante reunião ocorrida no Recife em 12 de agosto, o Fórum tem o objetivo de discutir as demandas comuns das instituições de advocacia pública estadual na região e de propiciar a troca de experiências técnicas exitosas. Durante a reunião em Fortaleza, Rafael Amorim apresentou as atividades de gestão da dívida ativa, destacando os mecanismos de priorização e monitoramento dos processos da PFE. Deu especial ênfase ao setor de execução fiscal e aos núcleos de Execuções Fiscais Prioritárias e de Inteligência Fiscal.



PGE ultrapassa meta anual de arrecadação da dívida ativa

A meta de arrecadação da dívida ativa estabelecida para 2016 foi ultrapassada já no mês de julho. O acumulado do ano até julho atingiu R\$ 115.241.880,32, superando os R\$ 100 milhões da meta anual. A arrecadação no primeiro semestre de 2016 já havia dobrado em relação ao mesmo período do ano anterior: entre janeiro e junho de 2016, houve a recuperação em dinheiro de R\$ 66.854.665,94, contra R\$ 33.004.283,52 acumulados no mesmo período de 2015 - um crescimento de 102%. Durante o semestre, também havia sido arrecadados R\$ 1.412.275,20 por outras fontes. Em julho, pagamentos referentes a dois processos relevantes incrementaram a arrecadação em R\$ 40 milhões. Com isso, a meta foi alcançada bem antes do previsto. No mês de agosto, foram apurados mais R\$ 10.850.724,54. A recuperação acumulada no ano alcança R\$ 124.680.329,66, o que representa acréscimo de 135,2% em relação ao mesmo período de 2015.

PGE e Sefaz divulgam Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários em workshop na OAB-PE



Workshop realizado em 27 de setembro no auditório da OAB-PE reuniu advogados para apresentar o Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários (Perc), que prevê descontos e parcelamentos especiais a empresas em débito de ICMS com o Estado. O evento contou com a participação do procurador-geral César Caúla, do procurador-chefe da PFE, Rafael Amorim, do superintendente jurídico da Secretaria Estadual da

Fazenda, José Harlan da Nóbrega, e do vice-presidente da Comissão de Assuntos Tributários da OAB-PE, Antônio Carlos Ferreira de Souza Júnior. O workshop foi realizado em parceria da PGE-PE com a Sefaz e a OAB-PE. Os palestrantes mostraram aos advogados as condições e vantagens da adesão ao Perc, instituído pela Lei Complementar 333/2016, publicada em 15 de setembro no Diário Oficial do Estado.

Atividades do primeiro semestre da PGE são compiladas em números

Durante o primeiro semestre de 2016, os procuradores do Estado em efetivo exercício produziram um total de 61.460 peças judiciais, participaram de 1.389 audiências e obtiveram 6.780 decisões favoráveis ao Estado de Pernambuco. Os números constam da compilação dos relatórios semestrais elaborada pela corregedora-geral da PGE-PE, Maria Cláudia Junqueira. Os relatórios de balanço semestral são remetidos à Corregedoria Geral por cada uma das unidades da PGE-PE: Procuradorias de Apoio, Consultiva, do Contencioso, da Fazenda Estadual e Procuradorias Regionais de Caruaru, Petrolina, Arcoverde e Brasília. A arrecadação judicial realizada pela PFE totalizou R\$ 147.000.383,53 de janeiro a junho de 2016, sendo R\$ 68.266.941,14 de dívida ativa e R\$ 78.733.442,39 do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação. Na Procuradoria do Contencioso, durante o primeiro semestre, foi gerada aos cofres públicos uma economia de R\$ 455.148.761,95, sendo R\$ 454.816.003,00 referentes a decisões obtidas em processos relevantes e R\$ 332.758,95 resultantes de erros apontados nos precatórios e RVPs. Também foram apontados R\$ 75.711.014,77 de excessos em embargos à execução.



Seleção de estágio em Direito para alunos egressos da rede pública estadual tem 239 inscritos

A seleção para o Programa Alternativo de Estágio da PGE-PE encerrou as inscrições em 23 de setembro com 239 inscritos. A prova será realizada no dia 7 de outubro nas quatro cidades por onde estão distribuídas as sete vagas para essa modalidade de estágio: Recife, Garanhuns, Petrolina e Arcoverde. O programa alternativo, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação, é destinado a estudantes do curso de Direito, do 3º ao 6º período, que tenham concluído o ensino médio na rede pública estadual de Pernambuco. No edital 2016, a seleção englobou estudantes com esse perfil da UFPE, da UPE, da Aesga e da Facape. Inscreveram-se 70 candidatos no Recife, 87 em Garanhuns, 67 em Petrolina e 15 em Arcoverde. São oferecidas quatro vagas na sede da PGE-PE no Recife, uma na Sub-Regional de Garanhuns, uma na Regional de Petrolina e outra na Sub-Regional de Arcoverde. Candidatos classificados também formarão cadastro de reserva. A prova, com 50 questões de múltipla escolha incluirá Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Civil. No Recife, a prova será no auditório do MPPE, no 5º andar do Edifício Ipsep, sede da PGE. Em Garanhuns, na Aesga. Em Petrolina, na Facape. E em Arcoverde, na Associação Comercial e Empresarial. Endereços no www.pge.pe.gov.br/?Estagios.

PGE-PE presente em reunião do Comitê SAJ Procuradorias em Salvador



Os analistas de sistemas da Unidade de Informática da PGE-PE Álvaro Pinheiro, Luis Ilmar Bezerra Cavalcanti e Zacharias Ernani Candeias Júnior participaram da reunião do Comitê Nacional SAJ Procuradorias, nos dias 5 e 6 de setembro na sede da PGE-BA, em Salvador. O objetivo foi discutir a forma da contratação da Softplan, empresa desenvolvedora das ferramentas utilizadas pelas procuradorias, identificar as melhores práticas de sua utilização e alternativas ao próprio sistema. Também participaram da reunião os representantes das procuradorias dos Estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Santa Catarina,

além de integrante da Procuradoria do Município do Recife e representantes das empresas Ilegra e Tomson Reuters.

Ciclo de Seminários debate impacto do novo CPC nos juizados da Fazenda Pública

A aplicação do novo Código de Processo Civil nos juizados da Fazenda Pública foi objeto de discussão em 20 de setembro, no auditório da PGE-PE, durante o sétimo encontro do 2º Ciclo de Seminários sobre o Novo CPC. Os tópicos controversos do tema foram apresentados pelo juiz federal da 5ª Região Frederico Augusto Leopoldino Koehler que atua na 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais. O evento contou com a participação de 55 pessoas, entre procuradores do Estado, estudantes de Direito, advogados e integrantes da área jurídica de vários órgãos. O próximo seminário será sobre Coisa Julgada e Ação Rescisória, com Rosalina Freitas Martins de Sousa, no dia 27 de outubro. Inscrições no www.pge.pe.gov.br/eventos.aspx.





Procuradoras do Estado e gestor da SES concluem especialização em Direito Sanitário com projeto de qualificação em saúde

“Plano de Educação Permanente dos Trabalhadores Envolvidos na Gestão e Execução da Assistência Farmacêutica do Estado de Pernambuco” foi o título do trabalho apresentado pela equipe pernambucana na conclusão do 1º Curso de Especialização em Direito Sanitário realizado por meio da parceria entre o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O projeto foi elaborado pelas procuradoras do Estado, Amanda Rebeca Morais Emery Costa, Catarina de Sá Guimarães Ribeiro, Cristina Câmara Wanderley Queiroz e Giovana Andréa Gomes Ferreira, chefe da Procuradoria Consultiva, juntamente com o superintendente do Núcleo de Ações Judiciais da Secretaria Estadual de Saúde Geraldo Jorge Filho, visando capacitar de 30 profissionais envolvidos na gestão e execução nas áreas de licitações, contratos administrativos e planejamento estratégico, aperfeiçoando os processos de aquisição e dispensação de medicamentos e insumos. O curso de especialização, com duração de um ano, foi criado com o objetivo de capacitar técnicos das secretarias estaduais de saúde em política pública de saúde e direito sanitário, e aprimorar a capacitação dos responsáveis pelas áreas de educação permanente das secretarias. Em sua primeira edição mais de cem servidores de todo o País foram especializados, em um programa de 425 horas-aula, na modalidade à distância. A formatura ocorreu no campus da Fiocruz, em Brasília, em 1º de setembro.

Estagiários assistem a vídeo motivacional

A Divisão de Desenvolvimento de Pessoas da Unidade de Recursos Humanos (URH) da PGE-PE reuniu estagiários de nível médio e seus supervisores em 9 de setembro, no auditório Elias Lapenda, para a exibição de vídeo motivacional, com palestra do professor Greetz sobre “O poder do entusiasmo”. O objetivo foi estimular o desenvolvimento profissional dos jovens estudantes de escola pública, conforme o Plano de Gestão de Estágio mantido pela PGE em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). O vídeo foi exibido nos dois turnos, possibilitando a participação dos



que trabalham pela manhã e à tarde. Foram 37 participantes ao todo, entre estagiários, supervisores e terceirizados. Em sua palestra, o professor Greetz aborda, de forma descontraída e alegre, questões significativas para o desenvolvimento pessoal e profissional.



Servidores devem ficar atentos a recadastramento anual

A Unidade de Recursos Humanos (URH) da PGE-PE lembra aos servidores a necessidade de realizar o recadastramento anual exigido pela Secretaria Estadual de Administração (SAD) a fim de evitar bloqueio de seus pagamentos. O recadastramento é obrigatório e deve ser feito, anualmente, sempre no mês de aniversário do servidor, por meio do Portal do Servidor (www2.portaldoservidor.pe.gov.br/web/portal-do-servidor/recadastramento). Todos, no âmbito da administração pública, devem se recadastrar: empregados e servidores públicos, ocupantes de cargos comissionados e contratados por tempo determinado, servidores cedidos, afastados ou licenciados. O preenchimento do formulário é on-line e a senha para acessar o sistema de recadastramento é mesma que o servidor usa para consultar o contracheque. Após a atualização dos dados, é importante que o servidor guarde o protocolo de entrega, que é o comprovante de que o recadastramento foi realizado com sucesso.

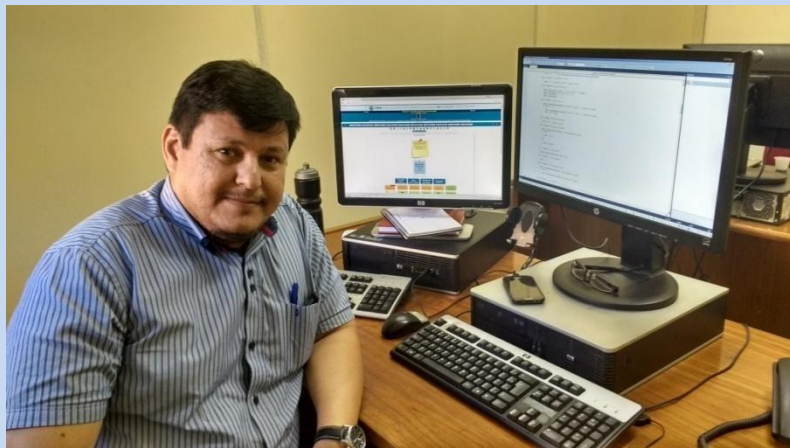
Rápidas

- ❖ A PGE-PE conseguiu decisão favorável no STF em recurso de agravo que poderá reverter decisão do TJPE sobre aumento de remuneração de um grupo servidores públicos por isonomia e gerar uma economia para o Estado de R\$ 19.022.906,87. O relator do processo, ministro Gilmar Mendes, atendeu ao pedido em 9 de setembro, determinando que o TJPE reexamine a ação rescisória nº 171.331-1, observando os paradigmas da Repercussão Geral nº 592.317 e do Código de Processo Civil, que impede aumento de remuneração por isonomia pelo Poder Judiciário. O procurador do Estado Henrique Lucena, autor do instrumento de agravo, explicou que com essa decisão o processo que estendeu a 34 delegados o mesmo índice de aumento salarial, de 40,88%, concedido aos peritos criminais pela Lei estadual nº 11.178/1994 retornará à instância estadual para um novo julgamento da ação. A expectativa é que a Câmara do TJPE rescinda a decisão da ação original.
- ❖ A PGE-PE lamentou o falecimento do servidor Heraldo Ourem Ramos Filho, 61 anos, ocorrido em 29 de setembro. Heraldo Filho era analista organizacional administrativo financeiro da Agência de Tecnologia da Informação (ATI) e estava à disposição da Procuradoria desde 2008. Atuava na Unidade de Licitações e Contratos da PGE-PE.
- ❖ A corregedora-geral da PGE-PE, Maria Cláudia Junqueira, e a corregedora-auxiliar, Larissa Medeiros Santos, efetuaram visita técnica à Procuradoria Regional de Arcoverde no dia 21 de setembro, no âmbito da correição que está sendo realizada naquela unidade.
- ❖ O coordenador do CEJ, Paulo Rosenblatt, participou do XX Congresso Internacional de Direito Tributário, em Belo Horizonte, promovido pela Associação Brasileira de Direito Tributário de 14 a 16 de setembro. O procurador do Estado fez palestra sobre "A tributação dos rendimentos de fonte estrangeira das pessoas físicas e jurídicas". Ele também ministrou a palestra "A desigualdade econômica e as novas propostas para tributar a herança e instituir o imposto sobre grandes fortunas" em 22 de setembro no Congresso de Direito Tributário e Desenvolvimento, em João Pessoa. O evento foi promovido pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê).
- ❖ Paulo Rosenblatt também participou, em Madri, do congresso anual da International Fiscal Association (IFA), a maior organização não-governamental do mundo a tratar de matéria tributária. Todo ano, a entidade promove um congresso alternadamente na Europa e em outro lugar do mundo. Os próximos serão no Rio de Janeiro, Seul, Londres e Lisboa. Em Madri, o coordenador do CEJ esteve em reuniões preparatórias para o congresso de Seul, no qual será co-relator geral ao lado do mexicano Manuel Tron, ex-presidente da IFA. Os relatórios anuais da organização têm grande impacto no mundo do direito tributário.
- ❖ A ouvidora-geral da Procuradoria PGE-PE, Larissa Medeiros, participou do V Curso de Certificação em Ouvidoria, promovido pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman – Seccional Pernambuco, na sede da Secretaria da CGE-PE entre os dias 13 e 15 de setembro. O treinamento é uma exigência da legislação estadual para certificar e/ou revalidar os certificados dos ouvidores.
- ❖ O procurador do Estado André Oliveira Souza ministrou o minicurso Estatuto do Servidor Público: Direitos e Deveres, na Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), em 30 de setembro. Convidado pela Gerência de Gestão de Pessoas (GGP), através da Unidade de Desenvolvimento e Qualidade de Vida (UDQ), o procurador explicou como funciona o Estatuto e tirou as principais dúvidas dos servidores a respeito do tema.
- ❖ O procurador do Estado e conselheiro federal da OAB Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves foi nomeado presidente da Comissão Especial que vai estudar propostas de reforma política a serem analisadas pelo Conselho Pleno da OAB nacional. A comissão foi instituída em reunião ordinária do Conselho Pleno da OAB realizada em 30 de agosto em Brasília, com o objetivo de analisar posicionamentos anteriores da entidade e desenvolver uma pauta conjunta e coesa sobre o tema, um dos mais urgentes do país.



Perfil PGE

Este mês, o informativo mensal da assessoria de comunicação da PGE-PE inaugura uma nova seção. Idealizado pelo procurador-geral César Caúla, o espaço é destinado a contar histórias e atividades dos servidores da instituição. E, através delas, contar também um pouco da história da Procuradoria.



Quem trabalha na PGE pode até nunca ter cruzado com **Álvaro Pinheiro**. Mas cada vez que acessa um serviço no portal ou site da PGE, está de certa forma conversando com ele. Do controle de ponto ao painel de licitações. Da distribuição dos processos da Consultiva ao monitoramento do Contencioso. Da inscrição em eventos do CEJ ao controle das execuções fiscais. Todas as 166 funcionalidades lá disponíveis foram desenvolvidas pelo analista em gestão de tecnologia da informação e

comunicação que atua na PGE desde 2008, após nomeação no concurso da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI) realizado dois anos antes. "Fui chamado no fim de 2007 e em fevereiro de 2008 já estava aqui", lembra Álvaro, que havia trabalhado em vários órgãos estaduais como funcionário do Cetepe (1987-2000) e da Fisepe (2004-2007). Iniciando a carreira no NIC (Núcleo de Informática da Universidade Católica de Pernambuco) em 1985, trabalhou na Elógica até 1987. "O curso de programação estava no auge quando terminei o ensino médio. Saí do Colégio Militar do Recife e não desejando seguir a carreira militar, fui na onda do momento. E me encontrei", conta. O recifense de 49 anos graduou-se em sistemas da informação pela FIR em 2005. Fez especializações em metodologia do desenvolvimento na Unibratec e gestão na UPE e mestrado em engenharia de software no Cesar/UFPE. No Iteci, onde trabalhou de 2000 a 2004, descobriu a paixão por lecionar, que cultiva até hoje. Atualmente ensina várias disciplinas de engenharia de software na Faculdade Estácio. Na Unidade de Informática da PGE-PE, começou cuidando do termo de referência do SAJ. Posteriormente, encontrou campo fértil para fazer o que mais gosta: análise e desenvolvimento. Foi propondo sugestões para o portal (intranet) e com o tempo foram surgindo demandas de vários setores. Hoje o portal conta com 153 módulos desenvolvidos para atender as necessidades das Procuradorias e unidades administrativas. Desenvolveu o protótipo do site institucional em 2012, quando o contrato com a empresa antes responsável foi descontinuado. Interface com o público externo, o site tem 13 funcionalidades disponíveis. A PGE figura ao lado de órgãos estaduais como Sefaz, Detran e SDS que desenvolvem e administram internamente seu site e intranet. As procuradoras Giovana Ferreira, chefe da Procuradoria Consultiva, e Erika Lacet, secretária-geral da PGE-PE, destacam o trabalho de Álvaro. "Impressiona-me seu talento para transformar ideias em aplicativos e sua capacidade de, quase instantaneamente, apresentar soluções tecnológicas para atendimento às diversas necessidades da Procuradoria, como o protótipo do módulo de ofício digital contido no site, o aplicativo de distribuição de processos na Consultiva; o aplicativo para atribuição de pontuação extra e para anotação de reuniões, dentre outros", avalia Giovana Ferreira. "Ao longo dos 11 anos de Procuradoria, tenho sempre contado com a colaboração de Álvaro, mais diretamente ao assumir a Secretaria Geral, com a qual tem colaborado com o desenvolvimento de diversas ferramentas que vem contribuindo com as atividades da PGE", enfatiza Erika Lacet. Atualmente o analista conta com o apoio da assistente Yasmin Candido na equipe de sistemas. No dia a dia, depois do trabalho e das aulas, Álvaro diz que demora a "desligar". Para relaxar, não abandona o computador. Escreve atualmente o nono livro da sua Coleção Fundamentos da Engenharia de Software. E também costuma pintar aquarelas. Onde aprendeu? Na frente do computador, em cursos on-line. Claro!



Agenda

- ❖ **04/10/2016** – 14h30-17h – Seminário Aspectos Práticos de Gestão Orçamentária e Financeira, com o Edilberto Xavier Jr, coordenador de controle do Tesouro Estadual – Auditório Elias Lapenda Sobrinho – Inscrições no www.pge.pe.gov.br/eventos.aspx
- ❖ **07/10/2016** – Aplicação das provas da seleção de estágio alternativo em direito no Recife, Petrolina, Arcoverde e Garanhuns
- ❖ **20/10/2016** – 14h30-17h – Seminário Reequilíbrio Economico-Financeiro dos Contratos de Concessão e o Programa de Parcerias de investimentos, com Marcos Nóbrega – Auditório Elias Lapenda Sobrinho – Inscrições no www.pge.pe.gov.br/eventos.aspx
- ❖ **27/10/2016** – 14h30-17h – Ciclo de Seminários sobre o Novo CPC, sobre Coisa Julgada e Ação Rescisória, com Rosalina Freitas Martins de Sousa – Auditório Elias Lapenda Sobrinho – Inscrições no www.pge.pe.gov.br/eventos.aspx